



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010268-16.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **Fernanda Denardi de Almeida**  
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consórcios Dpvt**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Fernanda Denardi de Almeida, representada por sua genitora Renata Ramos Denardi, propôs a presente ação contra a ré Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 11.380,00, referente à complementação de 40 salários mínimos, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 04 de fevereiro de 2012. Sustenta que já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 13.500,00.

A ré, em contestação de folhas 29/36, suscita preliminar de falta de pressuposto processual, com base na ausência de documento essencial para a propositura da ação (boletim de ocorrência). No mérito, requer a total improcedência da ação.

Réplica de fls. 51/52.

Decisão de folhas 70/71 suspendeu o andamento do processo até o julgamento da ADI nº 4627.

A certidão de folhas 73 informou o julgamento da referida ADI, colacionada às folhas 74/78.

Relatei o essencial. Decido.

Passo ao julgamento do feito, nos moldes do artigo 330, I, sendo impertinente a dilação probatória, orientando-me pelos documentos carreados aos autos, pautando-me pelo que restou decidido na ADI nº 4627.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De início, afasto a preliminar de falta de pressuposto processual consubstanciada na ausência de documento essencial para a propositura da ação (boletim de ocorrência), porque o acidente pode ser comprovado por qualquer outro meio de prova idôneo constante dos autos.

**Nesse sentido:**

**0000361-28.2011.8.26.0197 - Apelação / Acidente de Trânsito**

Relator(a): Marcondes D'Angelo

Comarca: Francisco Morato

Órgão julgador: 25ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 26/02/2015

Data de registro: 26/02/2015

Ementa: Recurso de Apelação – Acidente de Trânsito – seguro obrigatório de veículo (DPVAT) – danos pessoais causados por veículos automotores em via terrestre – recebimento de capital segurado – ação de cobrança. 1. Extinção anômala do processo. **Ausência de boletim de ocorrência, que não enseja a carência da ação. Acidente que pode ser comprovado por qualquer outro meio de prova idôneo.** (grifei).

No mérito, não procede a causa de pedir.

A autora sustenta que já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 13.500,00 e pleiteia, por meio desta, a complementação de valores até o limite de 40 salários mínimos, previsto na Lei 6.194/74, artigo 3º, III, que foi revogada pela Lei 11.482/2007.

Entretanto, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4267, que tratava do assunto, foi julgada improcedente. Confira:


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

“1) SEGURO DPVAT. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE DA CNS PARA A PROPOSITURA DA PRESENTE AÇÃO. PERTINÊNCIA TEMÁTICA DA ATUAÇÃO DA REQUERENTE COM OS DESDOBRAMENTOS DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELAS LEIS CONJURADAS NA REGULAMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT. 2) A PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA A PROPOSITURA DE ADI ATRELADA AOS AUTOS APÓS A DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO SUPRE A INCAPACIDADE POSTULATÓRIA AB ORIGINE. VÍCIO SANADO. 3) RELEVÂNCIA E URGÊNCIA PARA O TRATAMENTO DA MATÉRIA SEGURO DPVAT EM SEDE DE MEDIDA PROVISÓRIA. REQUISITOS PRESENTES. 4) A COMPATIBILIDADE DAS NORMAS LEGAIS COM O TEXTO DA LC nº 95/98 ENCERRA CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL INSINDICÁVEL EM SEDE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. 5) O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E OS ARTIGOS 196, 197 E 199 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA RESTAM IMACULADOS NA ALTERAÇÃO DA SISTEMÁTICA DO PAGAMENTO DO DPVAT QUE ENGENDROU COM O NOVEL SISTEMA SECURITÁRIO, POSTO HARMÔNICO COM AS NORMAS CONSTITUCIONAIS. 6) OS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA PROPORCIONALIDADE E DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL, MÁXIME DIANTE DOS MECANISMOS COMPENSATÓRIOS ENCARTADOS NA ORDEM NORMATIVA SUB JUDICE, RESTAM PRESERVADOS NA TABELA LEGAL PARA O CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. 7) O DIRIGISMO CONTRATUAL É CONSECUTÓRIO DA NOVA DOGMÁTICA DO DIREITO CIVIL GRAVITANTE EM TORNO DO TEXTO CONSTITUCIONAL E LEGITIMADORA DA PROIBIÇÃO LEGAL DE CESSÃO DO CRÉDITO DO DPVAT. 8) O NOVEL REGRAMENTO DO SEGURO DPVAT NÃO IMPEDE AS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DE ELEGEREM OS HOSPITAIS PARTICULARES PARA O SEU ATENDIMENTO. 9) DIREITO À INCLUSÃO LEGAL DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVIDA A TÍTULO DE SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE INICIATIVA DO PODER COMPETENTE. **10) IMPROCEDÊNCIA DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.350 E 4.627. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI Nº 11.482/07 E DOS ARTS. 30 A 32 DA LEI Nº 11.945/09.**” (ADI 4.350/DF e ADI 4.627/DF, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 03.12.2014.) (grifei).

Assim, nenhuma inconstitucionalidade foi declarada com relação à Lei 11.482/2007, que alterou a Lei 6.194/74.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Dessa maneira, a autora já recebeu o valor máximo previsto na Lei 11482/2007, nada mais lhe sendo devido.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, ante a ausência de complexidade, atualizado desde a distribuição e acrescido de juros de mora a contar da publicação desta, observando-se os benefícios da justiça gratuita. Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 30 de junho de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**